



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conselho dos Julgados de Paz

Declaração n.º 2/2014

Dr. João Paulo Cunha Rendeiro Chumbinho, Juiz de Paz do Julgado de Paz de Lisboa, renovada a sua nomeação como Juiz de Paz, agora por um período de cinco anos, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, por Deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 17 de dezembro de 2013.

Sem necessidade de nova posse, visto que continua colocado no Julgado de Paz de Lisboa.

2 de janeiro de 2014. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, juiz conselheiro.

207508128

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 459/2014

Nos termos do disposto no artigo 10.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, alterada pelas Leis 30/96, de 14 de agosto, 52-A/2005, de 10 de outubro e 17/2013, de 18 de fevereiro, nomeio Adjunta do meu Gabinete a Mestra Maria João Mendes Gonçalves da Costa Andrade.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos na presente data.

19 de novembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota Curricular

Maria João Mendes Gonçalves da Costa Andrade
Natural de Coimbra (30.06.1979)

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1997-2003).

Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2008).

Frequência do estágio de advocacia (fevereiro de 2003 a maio de 2005) e exercício de advocacia (junho de 2005 a novembro de 2009), em regime de profissional liberal em Sociedades de Advogados, atualmente com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados por requerimento da própria.

Exerceu, desde outubro de 2011 a novembro de 2013, as funções de Assessora Parlamentar no Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assessoria jurídica da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Subcomissão de Igualdade e da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S. A.

Foi, entre novembro de 2009 a junho de 2011, Adjunta do Ministro da Justiça do XVIII Governo Constitucional.

Entre janeiro de 2008 a novembro de 2009, desempenhou as funções de Assessora do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Exerceu a função de Docente da cadeira de Introdução ao Direito (Teoria Geral e Direito das Obrigações) no Curso de Contabilidade e Administração do Instituto Superior D. Dinis, Grupo Lusófona (janeiro de 2007 a setembro de 2008) e de Monitora na Secção Jurídico-Criminal na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (fevereiro de 2004 a outubro de 2005). Participou como oradora na 2.ª Bienal de Jurisprudência do Direito da Família que se realizou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e como oradora em ações de formação em Direito de Autor.

207503276



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 460/2014

No uso dos poderes previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei-Quadro das Fundações, Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, considerando o exposto na informação n.º DAJD/572/2013, de 26 de julho de 2013, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 11/FUND/2006-SGPCM, e o parecer favorável do Ministério da Educação e Ciência, confirmo o reconhecimento da **Fundação Terras de Santa Maria da Feira**, devendo a fundação apresentar de imediato proposta de alteração dos seus estatutos para conformação com o regime legal das fundações privadas previsto na Lei-Quadro das Fundações.

19 de dezembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207511513

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 461/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de auxiliar do meu Gabinete Anabela dos Santos Sabino Neto, assistente operacional do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de dezembro de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, *Carlos Manuel Félix Moedas*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais e habilitações académicas

Anabela dos Santos Sabino Neto, tem 49 anos e completou o 11.º ano de escolaridade na Área de Contabilidade e Administração.